

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINOS-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Sidnei Rodrigues de Souza

Cultura hip hop e lei 10.639/03: O rap como ferramenta pedagógica nos componentes curriculares da disciplina de História

São Paulo

2021
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINOS-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Cultura hip hop e lei 10.639/03: O rap como ferramenta pedagógica nos componentes curriculares da disciplina de História

Sidnei Rodrigues de Souza

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura Educação e Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Calado.

São Paulo
2021

Cultura hip hop e lei 10.639/03: O rap como ferramenta pedagógica nos componentes curriculares da disciplina de História
Sidnei Rodrigues de Souza

Resumo

Este artigo tem o objetivo, a partir de pesquisa bibliográfica, mostrar como a Cultura hip hop (mais especificamente o rap) pode ser usado como ferramenta pedagógica nas escolas públicas, usando as diretrizes da Lei 10639, lei criada para inserir o estudo da história africana e afrobrasileira nas escolas públicas e privadas. São objetivos específicos: analisar a história do rap brasileiro entendendo sua trajetória dentro do movimento negro (fizemos um breve histórico sobre a trajetória do movimento negro por meio das reflexões do professor Petrônio Domingues e também da professora Nilma Lino Gomes) e sua importância na formação da identidade cultural da população negra periférica e no combate ao racismo e também compreender como o rap pode ser utilizado na formação escolar de estudantes a partir das diretrizes da Lei 10639 usando como principais referenciais teóricos a dissertação de mestrado do professor Kleber Siqueira Junior, que faz uma análise de como o rap pode ser usado ferramenta pedagógica em sala de aula, e também pelas pesquisas do professor Roberto Camargos que enxerga o rap como uma ferramenta política. Busca-se também refletir sobre como os professores poderiam inserir esse conteúdo em sala de aula e uma análise de como está a aplicação da Lei 10639 nas escolas e se os professores tiveram formações em relação a esta Lei.

Palavras-chave: Rap. Educação. Movimento negro. Cultura hip hop. Lei 10639.

Abstract

This article aims, based on bibliographic research, to show how hip hop culture (more specifically rap) can be used as a pedagogical tool in public schools, using the guidelines of Law 10639, a law created to insert the study of African history and

Afro-Brazilian in public and private schools. Specific objectives are: to analyze the history of Brazilian rap by understanding its trajectory within the black movement (we made a brief history of the trajectory of the black movement through the reflections of Professor Petrônio Domingues and also of Professor Nilma Lino Gomes) and its importance in the formation of cultural identity of the peripheral black population and in the fight against racism and also to understand how rap can be used in the school education of students based on the guidelines of Law 10639 using as main theoretical references the master's dissertation of professor Kleber Siqueira Junior, who makes a analysis of how rap can be used as a pedagogical tool in the classroom, and also by the research of professor Roberto Camargos who sees rap as a political tool. It also seeks to reflect on how teachers could insert this content in the classroom and an analysis of how Law 10639 is being applied in schools and whether teachers had been trained in relation to this Law.

Keywords: Rap. Education. Black movement. Hip hop culture. Law 10639.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo, a partir de una investigación bibliográfica, mostrar cómo la cultura hip hop (más específicamente el rap) puede ser utilizada como herramienta pedagógica en las escuelas públicas, siguiendo los lineamientos de la Ley 10639, una ley creada para incluir el estudio de la historia africana y afro-brasileña en colegios públicos y privados. Los objetivos específicos son: analizar la historia del rap brasileño, entendiendo su trayectoria dentro del movimiento negro (hicimos una breve historia de la trayectoria del movimiento negro a través de las reflexiones del profesor Petrônio Domingues y también de la profesora Nilma Lino Gomes) y su importancia en la formación de la identidad cultural de la población negra periférica y en la lucha contra el racismo y también para comprender cómo se puede utilizar el rap en la educación escolar de los estudiantes a partir de los lineamientos de la Ley 10639 utilizando como principales referencias teóricas la tesis de maestría del profesor Kleber Siqueira Junior, quien escribe un análisis de cómo el rap se puede utilizar como herramienta pedagógica en el aula, y también por la investigación del profesor Roberto Camargos que ve el rap como una

herramienta política. También busca reflexionar sobre cómo los docentes podrían insertar este contenido en el aula y un análisis de cómo se está aplicando la Ley 10639 en las escuelas y si los docentes habían sido capacitados en relación a esta Ley.

Palabras clave: Rap. Educación. Movimiento negro. Cultura hip hop. Ley 10639.

Introdução

Na introdução do disco “*Raio-X do Brasil*” de 1993 do grupo Racionais MC’s, o cantor Edi Rock diz “usando e abusando da nossa liberdade de expressão, um dos poucos direitos que o jovem negro ainda tem neste país”: Essa frase diz muito sobre a situação da população negra no Brasil, para se ter uma noção de como a população negra ainda convive com poucos direitos (apesar de alguns avanços), segundo o Anuário da Segurança Pública de 2020, 66,7% da população carcerária do Brasil é formada por pessoas negras, em compensação, segundo pesquisa do Instituto Ethos, divulgada em reportagem do portal *G1*, somente 6,3% dos cargos de gerência são ocupados por negros e negras, esses dois exemplos já demonstram a grande desigualdade vivida no Brasil pela população afrodescendente.

Esse disco, assim como todos os outros, do Racionais (e como várias outras bandas e artistas do rap brasileiro) denunciam a violência, o racismo e a desigualdade com a população negra que sofre desde os tempos da escravidão. Quando o rapper Sabotage (1973-2003) dizia que “o rap é compromisso”, ele quer dizer que o movimento rap tem um compromisso, e um ouvinte que não conhece a cultura do rap perguntaria, “Rap é compromisso com o quê?": É o compromisso de denunciar as desigualdades e o racismo no Brasil.

Desde os tempos da escravidão, a população negra sofre com a opressão e mesmo após o fim do período da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea em 1888, o racismo seguiu muito forte, como afirma Ferreira (2009, p. 260): “optou-se por consolidar nosso nacionalismo com base num universalismo vazio, ancorado no mito da democracia racial”. A elite brasileira criou uma série de empecilhos, como a Lei de Terras de 1850 mudou a forma de como obter um terreno no Brasil e essa lei foi mais prejudicial à população negra recentemente livre e consolidou como afirma Ferreira (2009, p. 261) “uma abolição inconclusa, e por esta narrativa cristalizaram o apartheid que nos coube: disfarçado, sinuoso, mas terrivelmente eficaz, não só para permitir que muitas desigualdades continuassem baseadas nas diferenças, mas também para sustentar uma enorme invisibilidade para o problema”.

A educação também foi utilizada como tentativa de apagamento da história da população negra, excluindo do ensino das disciplinas de humanidades a história da África e dos povos africanos. Percebendo todos esses problemas, o movimento negro articulou por anos uma série de reivindicações para que o Estado brasileiro

incluísse no seu currículo escolar o estudo da África e dos africanos e das origens culturais dos afrodescendentes brasileiros, essas lutas geraram no dia 9 de Janeiro de 2003 a criação da Lei 10639 assinada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei 9394/96 (a lei de diretrizes e bases da educação nacional) que passou a vigorar em seu Artigo 26 o seguinte: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

O rap surgiu na Jamaica na década de 1960 e se consolidou nos Estados Unidos nos anos 1970 nos bairros periféricos, como uma manifestação cultural de resistência ao racismo e a violência policial. No Brasil, o rap chega nos anos 1980 e logo se espalha pelas periferias das grandes cidades que para além deste papel de denúncia do racismo também se torna uma manifestação de valorização da cultura negra, de valorização da autoestima de jovens negros e negras que com a popularização do rap se viram representados pelos artistas do rap, que além de levantaram as vozes contra o racismo, se levantaram na sua autoestima também, percebendo o poder que o movimento hip-hop, que o rap tem de contar histórias de como afirma Oliveira (2015, p. 40) os rappers “influenciaram o modo de pensar e agir de agentes sociais que lhe foram contemporâneos e que passaram a compartilhar da noção de que a cultura rap tem ação político-pedagógica”.

A partir das reflexões iniciais sobre o papel do rap como catalisador das revoltas da população negra periférica e também da valorização da cultura dos povos afrodescendentes este trabalho tem como principal problematização entender como a Cultura hip hop, enquanto manifestação cultural de valorização da população negra, e como o rap (que faz parte da cultura hip hop) podem ser utilizados dentro da sala de aula. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é mostrar como a Cultura Hip-Hop (mais especificamente o rap) pode ser utilizada como ferramenta pedagógica no ensino de História em escolas públicas do ensino médio utilizando a Lei 10.639/03, e posteriormente com a análise da legislação vigente do MEC e como ela se desenvolveu ao longo desses anos. É um objetivo específico entender a cultura hip hop como manifestação cultural, mostrando exemplos de experiências do rap utilizado como ferramenta pedagógica no ensino de história e outro objetivo específico é mostrar a trajetória do movimento negro ao longo da história, fazendo um breve histórico dos caminhos que levaram a promulgação da Lei 10.639/03.

Nesta pesquisa, serão usados como principais referenciais teóricos a pesquisa da pedagoga e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Nilma Lino Gomes que entende o movimento negro como “as diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES, 2017, p. 24).

Entender a Cultura hip hop como manifestação cultural de valorização da população negra e como o rap (que faz parte da cultura hip hop) pode ser utilizado dentro da sala de aula, de como a música pode ser uma ferramenta pedagógica para enriquecer as discussões, a partir de reflexões de Siqueira Junior (2018) que em sua pesquisa de mestrado estudou a cultura hip hop como ferramenta pedagógica dentro dos espaços estudantis traçando um panorama histórico do movimento negro no processo de luta pela inclusão do ensino da história da África e contra o apagamento da história negra dentro dos espaços estudantis e fazendo uma reflexão sobre a pedagogia hip hop e como essa pedagogia pode ser aplicada dentro da sala de aula utilizando a cultura hip hop, além da pesquisa de Siqueira Junior, também ajudará a enriquecer esse projeto a pesquisa da arte educadora e Diretora Executiva da Federação Paulista de Breaking Cristiane Correa Dias que, em sua dissertação de mestrado, fala sobre como o *Breaking* (a expressão dançante da cultura hip hop) também pode ser usada como ferramenta de valorização da cultura negra. Também entender por meio da pesquisa do professor Roberto Camargos como o rap além de ser uma ferramenta pedagógica também é uma ferramenta política, de ativismo político e de denúncia da violência contra a população negra e periférica e também de valorização da cultura negra e de sua história.

Essa pesquisa foi composta por meio de pesquisas bibliográficas na *Biblioteca Digital de Produção Intelectual da Universidade de São Paulo* e de outras Universidades Públicas e Privadas, também por meio da biblioteca digital *SciELO* e em pesquisa em sites de internet. Essa investigação científica também contou com a entrevista do professor Kleber Siqueira Junior, que detalhou sua pesquisa em seu trabalho de mestrado *A Pedagogia Hip Hop e o ensino culturalmente relevante em história: Novas estratégias didáticas para o ensino fundamental em escolas públicas*

de São Paulo, quais os caminhos foram percorridos, a escola, as músicas escolhidas para retratar os temas do currículo escolar e as estratégias pedagógicas e os desafios para introduzir a cultura hip hop dentro da grade curricular.

E por fim, a estruturação deste trabalho se divide em seis seções. No primeiro é apresentado o percurso da criação da Lei 10.639/03, fazendo um breve histórico de toda a luta do movimento negro desde a assinatura da Lei Áurea, passando por várias lutas como a criação do Teatro Experimental do Negro por Abdias do Nascimento, a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), as articulações no Congresso Nacional na elaboração da Constituição de 1988, a Marcha Zumbi do Palmares em 1995, até chegar à promulgação da Lei 10.639/03.

Na seção 2 está a história do rap, desde seu surgimento na Jamaica e a chegada e consolidação nos Estados Unidos até a chegada ao Brasil na década de 1980. Já na seção 3, é realizada a problematização sobre o tema dos currículos escolares da disciplina de história e a Lei 10.639/03 e a partir dessa problematização entender como o rap pode ser utilizado na sala de aula. Na seção 4, há uma explicação sobre a Pedagogia Hip Hop, suas características e sua aplicação nos espaços escolares. Por fim, a seção 5 é um olhar mais detalhado sobre a entrevista com o Kleber Siqueira Junior explicando as principais ideias colocadas em seu trabalho de mestrado e por fim as considerações finais que fazem uma reflexão sobre a pesquisa, sobre as bases teóricas e a cultura hip hop dentro do ambiente escolar, mais especificamente nas aulas de história.

1 Percurso de criação da lei 10.639/03 – relevância dos movimentos sociais negros

A Lei 10.639 foi sancionada em 2003 e altera a Lei de Diretrizes e Bases, 1996 (LDB) instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares, tendo como um de seus principais objetivos a valorização da cultura africana e afrobrasileira.

Claro que até chegar a sanção da lei em 2003 foi necessário percorrer um longo caminho de lutas, com a forte atuação do movimento negro ao longo de muitos anos, que como afirma a professora Nilma Lino Gomes:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização com todas as tensões, os desafios e os limites muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 18)

Mesmo após a assinatura da Lei Áurea em 1888, a população negra continuou sendo considerada inferior e mesmo liberta tinha mais dificuldades em ser inserida na sociedade brasileira, assim sendo, a população negra via necessidade de se organizar para sobreviver a uma sociedade que não queria “se misturar”. No final do século XIX e início do século XX, a “mistura racial” era considerada um atraso para a nação, com muitos teóricos, no final do século XIX, afirmando que o declínio e retardamento do país eram devido a esse fato, assim se criou uma imagem dos negro, como uma “raça inferior”. A eugenia foi uma das teorias mais difundidas no Brasil, resumidamente, essa teoria dizia que os seres humanos eram selecionados com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras. No Brasil, essa teoria se tornou política de Estado para o projeto de embranquecimento da população brasileira. Essas teorias foram aplicadas em várias áreas, na educação intensificou-se com o apagamento da história dos povos africanos, fazendo com que a população brasileira se identificasse somente com suas origens europeias.

Com todas essas tentativas de apagamento, o movimento negro precisou se articular para inserir a população negra no contexto social e histórico brasileiros como sujeito da história e não como objeto. Exemplos de luta não faltam: no ano de 1944, Abdias do Nascimento, intelectual, autor, ator, dramaturgo e político cria o Teatro Experimental Negro (TEN), já na década de 1970, mais precisamente no ano de 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), momento histórico em que o movimento negro negro se une em uma agenda comum na busca da revalorização da história e cultura africana e afro-brasileira, que para Professora Nilma Lima

Gomes representa “o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil” (GOMES, p. 32, 2017).

No fim da década de 1980, com o término do regime militar (1964-1985), inicia-se o processo de elaboração da nova Constituição Federal, no ano de 1988, que iria substituir a Constituição de 1967 promulgada pelo regime militar, o movimento negro tinha seus representantes no Congresso Nacional e se articulou para inserir as questões étnico-raciais na nova Constituição. O racismo está inserido em vários contextos, por exemplo, na escola, onde o preconceito e a desigualdade eram evidentes, principalmente no currículo, no qual a questão da cultura africana e afrobrasileira era pouco explorada. Na Assembleia Constituinte, o movimento negro se articulou em várias pautas, entre as várias proposições já estavam o embrião do que seria futuramente a Lei 10639, a inclusão da história da África e dos afrobrasileiros no currículo escolar.

A partir da década de 1990, os debates em relação à temática racial tornam-se mais profunda em várias frentes, dentro e fora do âmbito político, a academia ganha mais intelectuais negros e negras que aprofundam a questão racial em suas pesquisas, o movimento negro ganha cada vez mais espaço na política, na academia e na grande mídia (na grande mídia, além dos intelectuais, o rap também ganha espaço e abre debates sobre as questões do racismo), como na fala de Domingues (2007) o movimento negro não só é “como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2007, p. 102), ainda como define Gomes (2017) o movimento negro são “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”.

E o momento que marca a posição política do movimento negro na década de 1990 é a Marcha Zumbi dos Palmares, que reuniu vários grupos de luta antirracista, no ano de 1995, foi fundamental na luta contra o racismo, essa Marcha

pressionou o Estado brasileiro e fez com que o governo FHC (1995-2002) em 1996 fosse o primeiro governo do Brasil a assumir publicamente a existência do racismo no Brasil. Desse modo, houve o incentivo ao Estado brasileiro a discutir de fato a questão racial e realizar algumas medidas de combate ao racismo, como, por exemplo, no mesmo ano de 1996, o Governo Federal lança o Programa Nacional de Direitos Humanos, que estabelece diversas metas para promover os Direitos Humanos dentre as quais a luta contra a discriminação racial, entre essas metas estava a proposta de ações afirmativas para a população negra.

A partir destas lutas, o deputado federal Paulo Paim (PT/RS) apresentou à Câmara Federal o embrião do que viria a ser a futura lei 10.639, naquele momento foi arquivado pelo Senado. Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), além da criação, no ano seguinte, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), que estabelecia as bases curriculares para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país, e no ano de 1999, após pressão do movimento negro com o apoio de alguns políticos, ocorre o primeiro grande passo para a promulgação da Lei 10639 com a aprovação do projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi que estabelecia a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Esse projeto de Lei de 1999 é o passo final para a promulgação em 9 de Janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/03 que estabelecia a obrigatoriedade, nos ensinos fundamental e médio, do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira quanto a inserção, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Com a aprovação da referida lei, foi ainda criada, no mesmo ano, uma secretaria voltada para a questão étnico racial, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de, na medida do possível, corrigir os cruéis efeitos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil, promovendo assim uma democracia mais justa e igualitária.

2 A cultura hip hop e o rap

2.1 Breve histórico do rap

O rap é um dos elementos da cultura hip hop, ele surgiu na Jamaica na década de 1960, músicos se reuniam em festas de rua das periferias jamaicanas, esses encontros foram impulsionados pelo surgimento de equipamentos sonoros capazes de amplificar o som.

Os líderes desses eventos eram uma espécie de DJ, mais conhecidos como *toasters*, no início, os temas eram festas e diversão, mas, com o tempo, os *toasters* começaram a abordar questões polêmicas com viés político e social e as rimas podiam ser cantadas à capela ou acompanhadas de uma melodia, como conhecemos hoje. Também nesse período, surge o *beatbox*, que é uma forma de reproduzir efeitos sonoros com a boca, com isso, os rappers não precisavam de um equipamento para compôr, bastava que um deles dominasse essa técnica para acompanhar a letra.

O rap chega aos Estados Unidos a partir da década de 1970 trazido por imigrantes jamaicanos fugidos da crise econômica que assolava o país caribenho, com eles vieram os seus costumes, que incluía o rap. Os jamaicanos recém chegados se instalaram nos guetos do Bronx, em Nova Iorque, e logo inseriram no cotidiano nova iorquino o estilo hip hop e tão logo os novos equipamentos de som, a dança e as letras das músicas impactaram a juventude negra norte-americana que também passou a reproduzir esse estilo para a sua realidade, que também era uma realidade marginalizada, o bairro do Bronx era um dos mais violentos dos EUA, a partir dali a cultura hip hop se espalhou pelo mundo inteiro.

2.2 O rap no Brasil

O rap não encontrou barreiras no Brasil, onde se instalou com certa naturalidade e com apropriação de elementos que não estão necessariamente legitimados na cultura brasileira, a cultura hip hop desembarcou no Brasil no início da década de 80, na cidade de São Paulo, quando os jovens começaram a receber informações do movimento que estava acontecendo em Nova York. Vários grupos de jovens das periferias paulistanas passaram então a se reunir na Galeria 24 de Maio e na estação São Bento do metrô, os mesmos grupos que na década de 1970 e ainda na de 1970 já se reuniam nos *bailes blacks* em eventos como a Chic Show,

Oliveira (2015) relata que esses eram espaços onde a juventude negra se reunia para dançar com as músicas negras do momento, com sucessos internacionais como, James Brown, por exemplo e nacionais, como Tim Maia e Jorge Ben, o rap chegou ao Brasil também através dos *bailes blacks* que divulgavam e difundiam as primeiras músicas e os primeiros clipes de rap feitos nos Estados Unidos. E inspirados por toda essa informação e a nova cultura que surgia, os primeiros grupos de rap começam a surgir no Brasil (Racionais MC's, Thaíde e DJ HUM, DMN) surgem desses encontros na região central de São Paulo (existem também grupos de rap pioneiros em outras regiões do Brasil, mas neste trabalho iremos dar atenção aos rappers de São Paulo).

E no final da década de 1980 começam a surgir vários DJ's e MC's e em 1988, surge o primeiro disco de rap o "Hip Hop: Cultura de Rua", uma coletânea com uma série de grupos de rap, com destaque para a dupla Thaíde e DJ Hum, já neste álbum surgem as primeiras letras mais críticas ao sistema político e a violência policial, inspirados em bandas americanas como o Public Enemy. Em 1990 os Racionais MC's lançaram o seu trabalho de estreia, intitulado *Holocausto Urbano*, a banda já havia surgido dois anos antes na gravação da coletânea *Consciência Black* com as músicas "Pânico na Zona Sul" e "Tempos Difíceis", com o LP solo além destas duas músicas foram lançadas mais 4, mas o sucesso mesmo chega com o clássico *Raio-X do Brasil*, em 1993 que é considerado o marco da propagação do rap na música brasileira, com os sucessos "Fim de Semana no Parque" e "Homem na Estrada", a partir deste disco o rap começa a ganhar projeção nacional, mas o momento que o rap se consolida como um estilo musical de massas é no ano de 1997, quando os Racionais MC's lançaram o álbum *Sobrevivendo no Inferno*, o álbum de rap mais vendido e um dos discos mais vendidos de qualquer gênero com estimativa de mais de 1,5 milhões de cópias vendidas (sem contar a pirataria), seus principais sucessos foram "Capítulo 4, Versículo 3" e "Diário de um Detento" que conta a história do massacre do Carandiru em 1992 através da visão de um dos detentos sobreviventes, *Sobrevivendo no Inferno* é um marco na música brasileira e na cultura de periferia, como pontua Oliveira (2015, p. 23):

A atuação do grupo foi decisiva para fazer do rap muito mais que uma simples representação da periferia. Sua radicalidade e seu senso de “missão” (afinal, “rap é compromisso”, já dizia Sabotage) ajudaram a desenvolver um espaço discursivo em que os cidadãos periféricos puderam se apropriar de sua própria imagem, construindo para si uma voz que, no limite, mudaria a forma de enxergar e vivenciar a pobreza no Brasil.

Já no século XXI, o rap brasileiro consolida-se cada vez mais como expressão da contracultura periférica, na construção do sujeito engajado politicamente e sabedor das suas responsabilidades, como pontua Oliveira (2015, p. 80) “valores e posicionamentos ideológicos que foram logo tomados como instrumentos de formação de opinião.”

E novos nomes surgem logo no início do século o rapper Sabotage lança em 2002 outra obra-prima do rap o disco *o Rap é Compromisso* também faz enorme sucesso e eleva o “Maestro do Canção” a um rápido sucesso que é logo interrompido com seu assassinato em 2003, Sabotage deixa eternizados clássicos como “O rap é compromisso” e “Um bom lugar” que fazem enorme sucesso em todo o Brasil, que fazem inclusive o rapper participar de algumas produções cinematográficas, como o filme *Carandiru. Os Racionais* também marcam presença com o também aclamado *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, com sucessos como “Negro Drama” e “Vida Loka, Parte II” os Racionais continuam cada vez mais consolidados como maiores expoentes do rap brasileiro.

Na cena atual, podemos destacar o rapper Emicida, que já oriundo de um outro espaço de união da juventude periférica, a famosa batalha da Santa Cruz (localizada nas escadarias da estação Santa Cruz do metrô de São Paulo), que revelou vários rappers, como o próprio Emicida define como “como uma São Bento da geração pré-millennial” que entre os muitos sucessos da sua carreira podemos destacar “Triunfo” e “Levanta e Anda”. Essa nova geração do rap trouxe novos elementos para o rap, além das músicas engajadas também algumas mais românticas que mostram como o rap também pode ter variações musicais e rítmicas, a nova cena do rap mostra que o estilo pode se tornar cada vez mais versátil e plural.

2.3 A ligação do rap com a juventude negra

Como mostrado no tópico anterior, o rap surge e se consolida como uma manifestação cultural da juventude negra das periferias pelo mundo por ser um movimento formado por conciliar o caráter social e político com a cultura negra. No Brasil, a cultura Hip Hop se consolida rapidamente, pois ela consegue falar, ser a voz da juventude periférica.

No clássico de Abdias do Nascimento *O Genocídio do Negro Brasileiro*, o autor mostra ao longo do livro como as elites brasileiras planejaram todo um processo de embranquecimento da história e cultura do Brasil, o Genocídio que Abdias relata não é só o assassinato da população negra, mas também o apagamento da sua história, da sua cultura, do apagamento da voz dos negros e negras.

Nos capítulos finais do livro, Abdias lança a ideia de uma reação a essa cultura do embranquecimento com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) que tinha como principais objetivos: resgatar os valores da cultura africana; tentar educar a classe dominante “branca” para que não tenha uma visão etnocentrista do mundo; valorizar o artista negro e não permitir mais práticas como o “blackface”. O TEN, além de ser um espaço de Cultura, também se tornava um espaço de luta política da afirmação da população negra na sociedade. Quando o rap chega ao Brasil e se mistura à cultura periférica, ele também vira uma voz de destaque da população negra, assim como o TEN.

O rap tem a mesma força revolucionária que o Teatro Experimental de atrair a juventude, de mostrar caminhos, de valorizar a cultura, de dar voz a quem normalmente não as tem, uma produção de conhecimentos, de saberes, de histórias, que levam a emancipação e mudanças profundas, hoje a população negra tem muito mais voz para reclamar seus direitos e expor as suas dores e angústias, a população negra tem uma espécie de rede de apoio como nunca teve antes e o rap é um desses catalisadores dessa fase de emancipação e valorização.

3 Currículos educacionais na área de História e a lei 10.639/03

A partir da promulgação da Lei 10.639/03, revelou-se a necessidade da inclusão da história afrobrasileira e africana dentro dos currículos escolares, levantando uma reflexão a respeito da diversidade cultural em sala de aula, do respeito às diferenças e as pluralidades étnicas e culturais, contribuindo para uma possível diminuição do preconceito e do racismo presentes nas diversas instituições escolares.

Ao se refletir a respeito da história dos negros no Brasil, a legislação atual tornou obrigatória a inclusão do ensino da História e Cultura afro-brasileira nos currículos escolares, por meio da Lei 10.639/03, que pretende mostrar aos alunos a participação do negro nas lutas sociais e ensinar mais profundamente a história, a cultura e os processos de desigualdades existentes com a população negra, este capítulo tem por objetivo mostrar a influência da Lei 10.639/03 no currículo de história e como o rap pode ser aplicado nesse contexto.

3.1 O ensino de história a partir da Lei 10.639/03

Munanga (2015, p. 31) afirma que "a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc.", por isso, ainda afirma Munanga, que as classes dominantes sempre tentam diminuir, falsificar e apagar a história das classes dominadas. A educação é uma das principais armas dessa dominação ideológica e cultural que as classes dominantes tentam impor, a história da população negra brasileira foi, desde a assinatura da Lei Áurea, sempre apagada ou diminuída.

Segundo Munanga (2015), só a partir de 2001, logo após a III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, em Durban, África do Sul é que o Brasil fez um debate mais profundo sobre a questão racial em vários aspectos, cultural, educacional e social. A elite brasileira percebeu que não podia ficar mais alheia à discriminação racial, que deveria dar um espaço que nunca antes deu ao movimento negro, que lutava constantemente por espaço no debate das questões sociais brasileiras.

A partir destes debates e da promulgação da Lei 10.639/03, a temática africana e afro-brasileira tem uma nova abordagem nos currículos escolares, com ênfase na perspectiva de reeducação das relações étnico-raciais, na construção de uma geração que tenha uma maior noção das suas ancestralidades africanas, é a construção de conhecimentos e saberes como afirma GOMES (2017, p.50) “uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social” em SANTOS (2010, p.80) complementa:

as questões identificadas em relação ao tratamento da identidade negra estão intimamente associadas às questões geradas pelo pressuposto de “uma” cultura negra ou afro-brasileira, também como realidade fixa, homogênea e dada a partir de uma origem comum ou de uma matriz cultural de referência. A compreensão da dinamicidade e descontinuidade presente em qualquer sistema cultural nos demanda uma análise crítica de propostas que se fixam na busca de elementos culturais “originais”, “puros” ou “autênticos.

Em entrevista para o jornal *Brasil de Fato* em 08 de Janeiro de 2017, a professora Petronilha Gonçalves e Silva faz um panorama dos (na época) 14 anos da aplicação da Lei 10.639/03 no Brasil, ela pontua que existe um aumento do interesse de professores negros e não-negros nos temas relacionados a cultura africana e afrobrasileira, mas que as ações são muito mais individuais do que projetos da escola (a entrevista feita para este trabalho com Kleber Siqueira Junior, mostra uma visão semelhante a da professora Petronilha em sua crítica na aplicação da Lei), ou seja, nos Projetos Pedagógicos de muitas escolas ainda é negligenciadas essas questões. Falta também, como pontuado pela professora Petronilha, uma formação acadêmica sobre a legislação vigente e com isso muitos professores e professoras estão sendo formados sem esses conhecimentos. Sem contar as disputas políticas que necessitam ser travadas em âmbito educacional e político para a implementação da Lei 10.639/03, projetos de Lei como o famoso “Escola Sem-Partido” proposta pela bancada evangélica no Congresso Nacional, que propõe uma escola “sem partidos políticos”.

E a partir dessa entrevista com a professora Petronilha, percebe-se que quase 20 anos depois da promulgação da Lei 10.639/03 ainda existem dificuldades

e conflitos para a implementação da Lei como aponta Munanga (2015), ainda há a tentativa de apagamento da cultura de matriz africana como afirma Nascimento (2016).

3.2 O rap na escola como ferramenta pedagógica

Este trabalho foi pensado com a ideia de como o rap poderia ser usado como ferramenta pedagógica, usando a linguagem musical como um atrativo para desenvolver a aula com elementos que estejam diretamente ligados à cultura popular e que sejam de fácil compreensão dos educandos, que fale a mesma linguagem deles.

As letras agressivas e questionadoras do rap, como pontua Domingues (2007, p. 119) o “hip hop expressa a rebeldia da juventude afro-descendente”, são o gatilho principal que podem ser utilizadas em aulas de história, explorando as letras das músicas como início de debates sobre um determinado tema, por exemplo, na música “Diário de um Detento” dos Racionais MC’s, essa letra é o retrato do massacre do Carandiru e a partir desse ponto de início abrir uma série de debates sobre a herança da escravidão no Brasil, por exemplo.

Um exemplo de ação do rap como ferramenta pedagógica na prática pode ser exemplificado na entrevista com Kleber Siqueira Junior em que ele relata sua pesquisa de campo na Escola Municipal Saturnino Pereira com estudantes do Ensino Fundamental II, em que ele aborda com os educandos temas cotidianos e históricos através de letras e trechos de raps de uma série de artistas como Racionais MC’s, Sabotage e Thaíde e DJ Hum e os resultados foram muito satisfatórios, com uma participação efetiva de todos os estudantes.

4 Pedagogia Hip Hop

Agora que foi possível ver como o rap pode além de denunciar as desigualdades e a violência, também pode ser usado como ferramenta pedagógica. E pensando no hip hop como ferramenta pedagógica temos a pesquisa de doutorado do educador americano Marc Lamont Hill, que foi explorada nas

pesquisas dos educadores Kleber Siqueira Junior e Cristiane Dias Ferreira, sobre a pedagogia hip hop que surge como uma área do conhecimento que pela “intersecção da pedagogia crítica e os estudos de tradições culturais” (HILL, apud, DIAS, p. 149) pensa o rap para além da denúncia das mazelas da população negra marginalizada, mas também busca valorizar a história e a cultura dos nossos ancestrais africanos e inserir esses conhecimentos na escola.

Dentre as ideias apresentadas por Hill sobre a Pedagogia Hip hop, segundo Siqueira Jr. (2018), emergem como práticas inovadoras, inicialmente, a abordagem de questões históricas e sociais exigidas pelo currículo escolar por meio da literatura hip hop, além de promover críticas, por meio dos chamados curandeiros feridos, ou seja, os rappers. O conceito de curandeiros feridos é inspirado pelo mito do centauro Quíron, um imortal, mestre no saber medicinal, que sofre pelo ferimento causado pela flechada que lhe foi desferida por Hércules, tornando-se, dessa forma, um curandeiro que conhece a dor e com isso ele tem mais conhecimentos para curar as pessoas ao seu redor. Hill, segundo Siqueira Jr (2018), identifica nas letras de rap uma forma de explorar e promover o debate e a reflexão sobre as dores e os problemas sociais experimentados por seus alunos e a partir dessas experiências debater os temas principais das aulas, relacionando aquela determinada letra de rap com o assunto da grade curricular, promovendo reflexões sobre como os alunos podem usar o lugar onde eles habitam podem ajudá-los a compreender o tema específico da aula.

Para exemplificar a experiência com a Pedagogia Hip Hop será abordada a experiência de Kleber Siqueira Junior em sua pesquisa de mestrado em que ele a partir de algumas letras de rap debate temas importantes da sociedade e das disciplinas de história e literatura com seus alunos, abordando desde questões contemporâneas, como o racismo e o preconceito, até a história dos povos africanos, especialmente da África Subsaariana, anteriormente ao contato com os europeus e o comércio mercantilista transatlântico.

E a partir dessa experiência, há a compreensão do que significa a analogia de os rappers serem curandeiros feridos que por meio da sua dor conseguem externar por meio do rap e levando os seus ouvintes a reflexões sobre as dores dos

próprio rappers e também das dores de quem está ouvindo a música que se identifica com aquela letra e reflete sobre tudo aquilo que o cerca.

Exemplos dentro do próprio rap são vários de como a experiência vivida pelo autor da canção pode levar a uma série de reflexões, logo no início da letra da música “Qual mentira vou acreditar” o rapper Edi Rock relata uma abordagem policial em que ele diz: “Quem é preto como eu já tá ligado qual é Nota fiscal, RG, polícia no pé (RACIONAIS MC’s. **Qual mentira vou acreditar**. Direção Artística: Gertz Palma, Racionais MC’s. São Paulo: Cosa Nostra: 1997)”. Só a partir deste trecho da música já é possível abrir uma série de discussões sobre abordagens policiais e como pessoas negras são abordadas nesse tipo de ação e por que elas são tratadas muitas vezes com violência sem ser necessariamente um bandido.

Outro exemplo que podemos usar é na música “Fórmula Mágica da Paz”, mais especificamente neste trecho:

“Dois de novembro, era Finados
Eu parei em frente ao São Luiz do outro lado
E durante uma meia hora olhei um por um
E o que todas as senhoras tinham em comum?
A roupa humilde, a pele escura
O rosto abatido pela vida dura
Colocando flores sobre a sepultura
Podia ser a nossa mãe
Que loucura”

(RACIONAIS MC’s. **Fórmula Mágica da Paz**. Direção artística: Gertz Palma, Racionais MC’s. São Paulo: Cosa Nostra: 1997).

Já essa letra dos Racionais remete a outras discussões para além da violência policial, com a questão do genocídio da população negra, abrir uma discussão sobre o legado da escravidão na vida da população negra no Brasil, falar sobre como o nosso país não deu condições melhores de vida para a população negra recém liberta e que essa não reparação reflete na vida cotidiana da população aforbrasileira até os dias atuais. Outro ponto que esse trecho da letra retrata é a questão que só a mãe está sofrendo ali sofrendo a perda do filho no cemitério (lembrando que o São Luiz é um cemitério na zona sul da Cidade de São Paulo, no bairro Jardim Casablanca), podemos fazer então uma relação com mães que criam seus filhos sozinhas (o próprio rapper Mano Brown é criado somente pela

mãe) e partir daí para um debate sobre abandono parental, desigualdades sociais, machismo na sociedade brasileira.

Esses exemplos mostram como podemos usar o rap, a pedagogia hip hop para fazer analogias com os conteúdos curriculares definidos pelo MEC a partir da Lei 10.639/03, para além do aprendizado do conteúdo específico também criar nos educandos e educandas uma identidade com suas origens africanas, pois segundo HILL, apud, DIAS, p. 153:

Desde o início da década de 1990, os acadêmicos da pedagogia culturalmente relevantes têm demonstrado a importância de apelar para as experiências, para as orientações culturais, para os valores e para as visões de mundo dos alunos, a fim de obter maiores resultados educacionais. (HILL, apud, DIAS, 2018, p. 153)

E complementa Dias:

A cultura hip hop parece-nos ser uma das ferramentas das mais eficazes para se (re) criar um espaço transgressor e interdisciplinar, na direção de possibilitar ao aluno um conhecimento que faça sentido para a sua vida, dando-lhe voz e corpo. (DIAS, 2018, p. 153)

5 Análise de literatura e entrevistas – resultados e análises

Este trabalho foi usado como instrumento de pesquisa a coleta de dados através de pesquisa documental que segundo May (2004) pode ser encontrada em uma série de fontes com uma variedade de autores e autoras que estudam sobre a trajetória histórica do movimento negro brasileiro desde a sua origem até questões mais recentes que levaram a elaboração da Lei 10.639/03 e como ela está sendo utilizada nos espaços estudantis e pesquisar a história da Cultura hip-hop no Brasil e como ela foi fundamental no processo de emancipação e valorização da cultura afrobrasileira. E a partir das problemáticas mostradas anteriormente entender como a Cultura Hip Hop (mais especificamente o rap) foi utilizado como uma ferramenta pedagógica no ensino de História em escolas públicas do ensino médio a partir do que foi proposto na Lei 10.639/03.

Ao longo dos capítulos, foi traçado um panorama histórico do movimento negro desde as movimentações dos quilombolas, passando pelos abolicionistas e chegando ao MNU e ao movimento hip hop, usando como um dos referenciais teóricos a educadora e ex-ministra Nilma Lino Gomes em seu livro *O Movimento*

Negro Educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação em que ela define o movimento negro como “as diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (p. 23), neste trabalho também foi usado como referencial teórico as reflexões do professor Petrônio Domingues nos ajudou a entender o panorama histórico da atuação do movimento negro no Brasil desde o período das lutas pela abolição da escravidão até os dias atuais, essas duas pesquisas ajudaram a chegar aos caminhos percorridos para chegar até a Lei 10.639/03.

Entender a Cultura hip hop como manifestação cultural de valorização da população negra e como o rap (que faz parte da cultura hip hop) pode ser utilizado dentro da sala de aula, de como a música pode ser uma ferramenta pedagógica para enriquecer as discussões, a partir de reflexões dos educadores Kleber Siqueira Junior (que também foi o entrevistado nesta pesquisa) e Cristiane Correa Dias, essas duas pesquisas me levaram aos estudos do educador Marc Lamont Hill e a ideia da pedagogia hip hop que estudou a cultura hip hop como ferramenta pedagógica, partindo de letras de rap para traçar um panorama histórico dentro dos parâmetros curriculares.

E outra metodologia utilizada foi a entrevista com o educador Kleber Siqueira Junior que trabalhou a questão do hip-hop na escola como ferramenta metodológica para o ensino, a entrevista durou cerca de duas horas onde foram utilizadas cerca de 4 a 5 perguntas. Na elaboração das perguntas foi utilizada a forma de entrevista semi-estruturada, que como explicado por May (2004, p. 148), “Às perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade”, isso dá mais espaço para o entrevistador explorar algumas das respostas e dar mais tranquilidade para o entrevistado responder às perguntas.

Na entrevista, Siqueira fez o relato da pesquisa de campo que ele realizou para sua tese de mestrado “A Pedagogia Hip Hop e o ensino culturalmente relevante em história: Novas estratégias didáticas para o ensino fundamental em escolas públicas de São Paulo”, relatando todo o percurso desde as pesquisas bibliográficas, a escolha da escola, também passou pela interação com as

professoras da escola, o planejamento das aulas, as escolhas das músicas e com as interações com os educandos ao longo do processo da prática educativa.

E concluímos nessa entrevista que o processo de aprendizagem dos alunos com a ajuda das letras de rap os levaram a um entendimento que a realidade deles está ligada a uma ancestralidade que estava ali o tempo inteiro e eles não percebiam. Usar o rap como ferramenta pedagógica cria possibilidades de aprendizados enormes, mostra que a educação precisa também usar ferramentas que estão mais próximas dos educandos, que faça com que os estudantes tenham uma visão concreta daquele conteúdo que está sendo ensinado.

6. Considerações Finais

Na obra clássica de Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, Ribeiro afirma que existem vários “Brasis”, o que ele também chama de “ilhas-Brasil”, grupos étnicos tão diferentes que convivem juntos, formando a nação brasileira desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras, só que como afirmam Munanga (2015) e Nascimento (2016) esses grupos estão em constante conflito, com as elites brancas, de origem europeia, constantemente tentando, das mais variadas formas, apagar as histórias tanto dos povos originários quanto dos povos oriundos da África.

Pensando especificamente da população descendentes da África, que foi o foco desta pesquisa, este trabalho traçou um breve histórico da luta do movimento negro pela emancipação da população negra, uma luta como explicou Domingues (2007), vem desde o período pré-abolição até os dias atuais que “por intermédio das múltiplas modalidades de protesto e mobilização que o movimento negro vem dialogando, não apenas com o Estado, mas principalmente com a sociedade brasileira.”

Este trabalho mostrou que o movimento negro se alonga na luta por emancipação por muitos anos através da arte, cultura, educação, nas lutas políticas, na elaboração de leis e políticas públicas de reparação históricas pelas mazelas ocorridas pela população negra ao longo da história do Brasil.

E falando de educação a educadora e ex-ministra Nilma Lino Gomes em sua obra “O movimento negro educador” fala de “Pedagogias que emergem”, ou seja, o movimento negro é segundo ela “um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade” (GOMES, 2017, p. 42), quer dizer que o movimento negro é uma espécie de catalisador das lutas da população negra, elaborando estratégias para a emancipação do povo negro.

Ao longo dos capítulos falamos sobre a força do rap e como ele se tornou um agente político no processo de emancipação da população negra, vimos a trajetória do rap no Brasil e como os rappers foram para além da música e se tornaram atores políticos, não necessariamente da política partidária, mas sim na política cotidiana, nas lutas diárias contra o racismo e a desigualdade.

Siqueira Jr (2018) em sua dissertação de mestrado nos ajudou a compreender como o rap também pode ser usado como ferramenta pedagógica nos processos educativos, aproveitando-se da Lei 10639/03 e utilizando raps no ensino de história, mostrando que a Pedagogia Hip Hop como uma dessas pedagogias que surgem das urgências em ensinar novos caminhos e nos levar a ancestralidade da população negra, que as elites brancas brasileiras tanto querem apagar.

Mas a luta ainda não acabou, percebe-se que mesmo com a Lei 10.639/03, com o grandes avanços obtidos, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, ainda são “Tempos Difíceis” como cantam os Racionais, é preciso lutar ainda em muitas frentes, é preciso cobrar das autoridades medidas para a melhor formação de professores, exigir das faculdades de Licenciatura que coloquem em suas grades curriculares obrigatórias o ensino da história da África e seus descendentes, das secretarias de ensino aplicarem mais cursos de formação com a temática da cultura negra para os seus professores.

Referências Bibliográficas

Anuário mostra aumento no nº de assassinatos no 1º semestre de 2020 após dois anos de queda. **G1**, São Paulo, 19/10/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/anuario-confirma-dados-do-mo>

[nitor-da-violencia-e-mostra-aumento-no-no-de-assassinatos-no-1o-semester-de-2020-apos-dois-anos-de-queda.ghtml](#) . Acesso em: 20 de Fevereiro de 2021.

Após seis anos, Eldorado relança primeiro disco de rap brasileiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 de março de 1995. Folhateen. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/27/folhateen/22.html>. Acesso: 03 de Abril de 2021.

BRASIL. **Diretrizes** Curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

DIAS, Cristiane Correia. **Por uma pedagogia hip hop: o uso da linguagem do corpo e do movimento para a construção da identidade negra e periférica**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói , v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

Ensino de história da África ainda não está nos planos pedagógicos, diz professora. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de Janeiro de 2017. Direitos Humanos. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/08/ensino-de-historia-da-africa-ainda-nao-esta-nos-planos-pedagogicos-diz-professora/>

Acesso: 02/04/2021.

FERREIRA, Renato. A Abolição Inconclusa e o Apartheid que nos Coube. **Revista da Emerj**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 48, p. 260-261, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MARTINS, Raquel Mendonça. **O rap dos Racionais MC'S em sala de aula como via de emancipação de jovens na periferia de São Paulo: Análises de oficinas musicais com ênfase no rap**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MAY, Tim. **Pesquisa social: métodos e processos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Camargos de, **Rap e política: percepções da vida social brasileira**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

O rap comenta a importância dos 10 anos de Batalha do Santa Cruz. **Vice**. São Paulo, 29/09/2016. Disponível em:

<https://www.vice.com/pt/article/xdwdea/batalha-do-santa-cruz-10-anos-depoimento>

Acesso: 03/04/2021.

RACIONAIS MC's. **Introdução**. Direção Artística: Newton Carneiro, Racionais MC's, Wander. São Paulo: Zimbabwe Records: 1993.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no Inferno**. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

SABOTAGE. **Rap é Compromisso**. Direção artística: Daniel Ganjaman. São Paulo: Cosa Nostra: 2000.

SANTOS, Lorene. **Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SIQUEIRA JUNIOR, Kleber Galvão de. **A Pedagogia Hip Hop e o ensino culturalmente relevante em história: Novas estratégias didáticas para o ensino fundamental em escolas públicas de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.